

Mediação da sororidade ante a patologização da menopausa¹

César Augusto SAMPAIO²
Larissa Maués Pelúcio SILVA³
Universidade Paulista (UNESP) Bauru, SP

Resumo

Este artigo propõe a substituição da categoria “identidades”, no quarto mapa das mediações de Martín-Barbero, pela “sororidade”. O termo preconiza uma solidariedade político-coletiva crítica entre as mulheres pela justiça de gênero diante do capitalismo opressor. O estudo tem caráter de revisão bibliográfica e documental, a partir de uma pesquisa exploratória sobre patologização e mercantilização da menopausa. Assim, são mostrados os discursos vigentes em torno da menopausa com base na teoria de Jacques Rancière: cenas do dissenso, subjetivação política e emancipação política.

Palavras-chave: Menopausa; Sororidade; Cenas do dissenso; Mediações.

Introdução

Ponderamos que a construção das identidades está sempre em processo de transformação. E que o processo da comunicação está assentado num sistema de circulação diferida e difusa (BRAGA, 2006), cujas identidades vêm sendo configuradas pela figura neoliberal do bios midiático (SODRÉ, 2002).

Dessa forma, no caso da patologização da menopausa, propomos substituir a categoria “identidades”, contida no quarto mapa das mediações de Martín-Barbero⁴, pela “sororidade”. O termo preconiza uma solidariedade político-coletiva crítica, frente às injustiças de gênero da sociedade capitalista e patriarcal.

Se, como sujeitos socioculturais que são, as mulheres “[...] agem, pensam e decodificam a menopausa a partir das suas interpretações do mundo e das relações estabelecidas nos ambientes de convivência” (MARIGA, 2019, p. 38), consequentemente, é preciso considerar que os seus sintomas são influenciados pelo entorno social e histórico em que as mulheres estão inseridas. Do mesmo modo que na teoria das mediações onde o contexto, no qual as trocas comunicativas acontecem, é o que importa.

1. O valor de uma fase da vida

¹ Trabalho produzido com apoio do CNPq, apresentado no Grupo de Pesquisa Comunicação, Alteridade e Diversidade, do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Doutorando em Comunicação na Universidade Paulista (UNESP), Bauru, SP – Faculdade de Artes, Arquitetura e Comunicação (FAAC): email: c.sampaio@unesp.br

³ Livre-Docente e professora da pós-graduação em Comunicação da Universidade Paulista (UNESP), Bauru, SP. FAAC, e-mail: larissa.pelucio@unesp.br

⁴ O quarto mapa das mediações chama-se Mutações Culturais e Comunicativas Contemporâneas.

Pressupomos que a transição para a menopausa é uma experiência que deve ser estudada como fenômeno situado culturalmente. Pesquisas diversas (FELTRIN, 2012; GARDENAL 2013; CHARLAP, 2019) têm mostrado que as orientais quase não descreveram os sintomas dessa fase.

Na Índia, por exemplo, poucas mulheres os associavam com um problema e, na China, elas nem tinham noção de que a menopausa poderia ser vista como tal. O mesmo se aplicou às mulheres das zonas rurais do Iraque, que dificilmente relataram os sintomas, mas que, ao entrarem em contato com áreas mais industrializadas, passaram a desenvolvê-los.

Já do lado Ocidental, a conotação geralmente é de “caos hormonal”, termo empregado por Gunter (2021) para uma fase em que muitas mulheres apresentarão alguns dos seus piores sintomas: fadiga, confusão mental, mudança de humor, insônia, ansiedade, irritabilidade, batimento cardíaco irregular, dificuldade de concentração, lapsos de memória, imprevisibilidade quanto ao futuro, ganho de peso e aumento de gordura abdominal, redução da libido, dor e premência ao urinar, ressecamento vaginal, cabelos quebradiços, unhas rachadas, pele seca, dor de cabeça e enxaquecas, ondas de calor repentinas, suor noturno entre outros⁵.

Muitos dos transtornos são agravados por conta do próprio sistema capitalista, em que o tempo de vida das mulheres é contabilizado a partir do âmbito da sua utilidade biológica enquanto durar o seu ciclo reprodutivo. É desse regime que nasce “uma filosofia individualista”, pautada no neoliberalismo que enaltece o mercado e “[...] se tornou também um sistema cultural [...]” modelador de subjetividades (PELÚCIO, 2020, p. 9).

Tem-se, então, um bom exemplo daquilo que Rancière chama de atuação da ordem policial⁶ que, no caso da menopausa, vai condicionar o imaginário social segundo os princípios mercadológicos capitalistas. E um de seus desdobramentos é a propensão para um autocuidado crônico com a saúde.

Quanto mais benefícios de um longo estado de saúde, mais se impõem os testes e os exames médicos e mais aumentam os sentimentos de insegurança [...] as atitudes de prevenção, de vigilância, de correção dos

⁵ Em relação à menstruação a lista também é grande, mas vem sendo contestada como uma verdade que se impõe sobre os corpos menstruantes, considerando-se que o corpo é um objeto histórico e político discursivamente constituído.

⁶ Por ordem policial, entende-se a existência de uma suposta igualdade democrática que define harmoniosamente as formas do espaço, a distribuição dos corpos nesses lugares e seus papéis, funções e ocupações. Tem a ver com um conjunto de normas de conduta sobre o que é ou não permitido, que dita implicitamente o que pode ou não ser dito, visto ou feito. Nas palavras de Rancière: “A polícia não é uma 'disciplinarização' dos corpos, mas uma regra de seu aparecer, uma configuração das ocupações e das propriedades dos espaços nos quais essas ocupações são distribuídas” (RANCIÈRE, 1995 apud MARQUES; PRADO, 2019, p. 60).

fatores de risco [...] esse imenso benefício paga-se com uma maior ansiedade, com uma patologização crescente do indivíduo. (LIPOVETSKY, 2016, p. 84).

Não que a busca por uma vida saudável seja irrelevante, mas sim que a obsessiva preocupação com ela vem colocando as pessoas diante de uma medicalização sem precedentes. Eventos cotidianos da vida, que antes não eram vistos como problemas de saúde, passam a sê-lo, ficando a cargo da jurisdição médica e também sob intervenção farmacológica, como a tensão pré-menstrual e a menopausa, por exemplo.

Basta percorrer os veículos de comunicação, quadros de programas de TV, matérias de revistas para encontrar artigos de especialistas abordando o assunto, sem contar os outros agentes sociais como a publicidade, o marketing e fornecedores comerciais de terapias hormonais e produtos afins.

Nota-se que a mercantilização em torno dos sintomas da menopausa é crescente. Fenômeno que vem sendo chamado de capitalismo da menopausa, com mensagens que prometem autonomia e resgate da feminilidade, enfatizando ideias de juventude, atratividade e desejabilidade sexual, como observam Cahn, Crawford e Waldman, (2022).

Porém, as autoras advertem que há uma linha tênue entre encorajamento saudável e bem-estar de um lado, e tratamento da menopausa (como doença) cujos sintomas devem ser gerenciados e monitorados, de outro. De tal modo que os discursos geralmente concebem a menopausa como defeito e risco para saúde, a fim de promover o consumo daquilo que os atenuaria.

De certa forma, isso acaba influenciando atitudes culturais, uma vez que populariza a percepção de que a cessação da menstruação – levando a um corpo menopausal – se constitui num problema que requer constantes intervenções médico-farmacológicas. Ou seja, de uma fase natural do ciclo reprodutivo da mulher para a subjetivação coletiva de um corpo como doente e inferior.

Percebe-se que há aqui uma estratégia de regularizar as práticas sociais dentro de uma rotina duradoura, com fins de estabelecer uma ritualidade dos comportamentos. O que, para Martín-Barbero (2004, p. 232), traduz-se em “repetição” e “operabilidade”: em “gramáticas de ação – do olhar, do ouvir, do ler” – que conduzem a múltiplos trajetos de leitura, porém, sempre ligados a determinantes de interesses sociais particulares que impõem regras ao jogo da significação.

2. Tensões entre menopausas mediadas

É sabido que o Manual de Atenção à Mulher no Climatério/Menopausa (BRASIL, 2008)⁷ considera essa etapa como um processo natural desaconselhando a medicalização, que só deve ser indicada em casos individualizados sob criteriosa avaliação. Entretanto, ele reconhece que mudanças ocasionadas pelas alterações hormonais podem gerar uma “sensação de tragédia iminente” para algumas mulheres (p. 21).

Ademais, constata-se que a indicação de reposição hormonal ainda é um assunto complexo, eivado por questões controversas entre o domínio do discurso médico-científico e o popular. Algo que necessita de pesquisas mais sérias e completas justamente “[...] por falta de consenso na literatura sobre a terapia” (BRASIL, 2004, p. 44).

Dessa maneira, a menopausa costuma vir acompanhada de um conjunto de crenças contraditórias que se chocam entre si. Assim como os seus distúrbios, os discursos que a cercam também são diversos, diz Delanoë (2001).

Para começar, numa sociedade – onde beleza e juventude ainda são supervalorizadas e associadas ao feminino – entrar na menopausa é sentenciar a mulher ao mundo da velhice de uma maneira pejorativa e temível, determinando o fim da sua feminilidade, sexualidade e sedução (PERROT, 2007; TRENCH; SOUZA, 2005).

Por outro lado, essa fase também pode ser de libertação pessoal. Livre de possíveis gravidezes indesejadas, do incômodo e das tensões dos ciclos pré-menstruais – como da possibilidade de não mais procriar – muitas mulheres estão vivendo dentro de um estilo *agefull*⁸ de envelhecer, sem importar com cobranças de estereótipos de gênero e sexuais.

Representando a perda da capacidade biológica feminina, a menopausa costuma ser vista como o período que encerraria a vida útil das mulheres cisgêneras na sociedade. Porém, nota-se que muitas delas têm ingressado em universidades para dar sequência aos estudos⁹ e – apesar da discriminação etária – batalham por mais participação no mercado laboral¹⁰. Embora seja frequente os subempregos e jornadas triplas de trabalho, sendo

⁷ O referido Manual foi produzido durante o segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, quando houve um movimento de diálogo com movimentos sociais identitários. O material, aqui abordado, foi produzido a partir de um esforço conjunto entre movimento de mulheres e estudiosas da área de saúde sexual e reprodutiva.

⁸ A terminologia diz respeito a um movimento de mulheres cuja proposta é enaltecer suas potencialidades, competências, habilidades, experiências, enfim, mostrar que rótulos sociais etários não a impedem de viver sua vida como bem entender e em toda a plenitude (INSTITUTO BEM DO ESTAR, 2021; MARINS, 2021). Embora esta seja uma categoria que flerta com o mercado e traz claros limites de pertencimento de classe e de identificações de raça e etnia.

⁹ Ver matéria de Theyse Viana sobre mulheres que retomam estudos, depois dos 40, 50 ou 60 anos. Jornal Diário do Nordeste, CE. 16 mar. 2023. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/cearense-e-aprovadaem-mestrado-aos-73-anos-e-rebate-etarismo-na-educacao-sonhos-nao-tem-idade-1.3346515>. Acesso 30 jun. 2023.

¹⁰ Entre 2006 e 2021, por exemplo, a participação de mulheres com mais de 50 anos no mercado de trabalho cresceu mais do que a dos homens da mesma faixa etária. Alta foi de 120%, apesar delas responderem por menos da metade

comum receberem salários inferiores aos dos homens, mesmo ocupando funções iguais às deles.

Mas como evitar a patologização da menopausa quando, para muitas mulheres, os seus efeitos podem ser fisiologicamente sensíveis? Enquanto a indústria farmacêutica – e boa parte dos médicos – constrói o climatério e a menopausa como um fenômeno universal e problemático, percebe-se que os feminismos contemporâneos têm criticado o modelo patologizante e biomedicalizante típico da ginecologia da saúde sexual e (não) reprodutiva.

É o caso do movimento de ginecologia natural ou autônoma, cuja tônica está no autoconhecimento e autocontrole do corpo da mulher através de métodos alternativos e naturais. Seja como for, a menopausa ainda constitui um tabu, encarada como algo vergonhoso que não deve ser tratado em público. Mesmo assim, o assunto paulatinamente vem ganhando exposição nas mídias digitais, nas quais mulheres procuram gerar visibilidade e quebrar o estigma em torno da temática.

De todo o exposto até agora, como não ver uma sinonímia com o pensamento de Rancière? Ele parte da premissa de que as bases do sistema social são fundadas no encontro discordante das percepções individuais.

Não é só um atrito entre diferentes argumentos ou gêneros de discurso, mas também um conflito entre uma dada distribuição do mundo sensível e o que permanece fora dele. O autor chama à atenção para o modo como se dá a “partilha do sensível”, que deve ser pensada em termos de “[...] distribuição de lugares, limites, do que está dentro e fora, do que é central ou periférico, visível ou invisível (RANCIÈRE, 2011, p. 6).

Situação esta sustentada por uma relação de constante tensão. “Não se trata de comungar, dado que a partilha não dá lugar a uma fusão inter-seres, reafirmando, ao contrário, as suas singularidades e diferenças” (MARTINS, 2021, p. 179).

A comunidade da partilha opõe um espaço consensual a um espaço polêmico, ela faz aparecer sujeitos que até então não eram contados ou considerados como interlocutores, traz à experiência sensível vozes, corpos e testemunhas que até então não eram vistos como dignos de respeito e estima (MARQUES, 2011, p. 34).

dos trabalhadores (42,4%) acima de 50 anos, segundo a Agência Brasil da EBC – Empresa Brasil de Comunicação (PIMENTEL C. 2023). Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-05/numero-detrabalhadores-com-mais-de-50-anos-dobra-no-pais>. Acesso em 6 abr. 2023.

Está se falando de assimetrias que revelam as fissuras existentes na realidade, e que não se tornam explícitas sem o surgimento daquilo que Rancière denomina de cenas do dissenso.

Através delas é que os sujeitos demonstram a existência de um “dano”¹¹. E a partir daí, tentam mudar “a topografia do perceptível, do pensável e do possível” (RANCIÈRE, 2020, p. 830), mostrando “a construção de um outro universo de aparências: faz aparecer o que não aparecia, ou faz aparecer de forma diferente o que já aparecia sob certo regime de visibilidade e inteligibilidade (RANCIÈRE, 2018a, p. 14).

As narrativas vistas em torno da menopausa ilustram bem o conceito supracitado. Mostram a oposição entre um mundo que se apresenta como “normal” e um outro, que tenta irromper e provocar a ruptura na unidade daquilo que é dado como natural e, assim, procura reestruturar a divisão da ordem policial do sensível.

É nesse momento, quando pontos de resistência são criados, que os indivíduos se constituem como sujeitos políticos. Vale lembrar que política, para Rancière, não é simplesmente contrato entre partes iguais ou diálogo entre parceiros iguais em sua posse do *logos*. Pelo contrário, “política é o conflito sobre a existência de uma cena comum, sobre a existência e qualidade daqueles que nela estão presentes” (RANCIÈRE, 1995, p. 49). E que, por sua vez, vai estabelecer um comum litigioso sobre quem fala e quem não fala, quem ouve e quem não é ouvido, enfim, que diz respeito aos modos de ser, ver e fazer, que ocorrem de maneira paradoxal.

Política, portanto, está fundada no dissenso em que aqueles seres, antes ligados ao obscurantismo, tomam consciência e têm a oportunidade de romper com a mudez para reivindicar sua inserção no todo da comunidade. Assim, cena de dissenso nada mais é que “[...] uma ação política concreta, por meio da qual os sujeitos encontram a possibilidade de desempenhar papéis já dados e construir/ocupar de outra maneira a cena política, reconfigurando-a” (OLIVEIRA; MARQUES, 2014, p. 76).

3. Menopausa: da subjetivação política à “emancipação”

Está pavimentada então a via da subjetivação política, aquela que arranca os indivíduos de lugares preestabelecidos, “designando uma desclassificação, uma

¹¹ Dano não é injúria pontual causada a um indivíduo ou grupo, deixando-os à espera de uma compensação. Para Rancière (1995, p. 63), “o conceito de dano (*tort*) não está ligado a nenhuma dramaturgia de vitimização. Ele pertence à estrutura original de toda política. O dano é simplesmente o modo de subjetivação no qual a verificação da igualdade adquire figura política”.

desidentificação que contraria a ordem policial” (RANCIÈRE, 2018b, p. 50). Trata-se de um processo que acontece a partir de três componentes entrelaçados.

Primeiramente, surge o questionamento de uma identidade imposta que passa a ser recusada: aquela que fornece nomes exatos e rótulos que servem para enquadrar as pessoas num espaço de ordem preestabelecido. No caso da menopausa, isso fica claro quando cada vez mais mulheres passam a questionar o tabu em torno do assunto pelos canais de comunicação contemporâneos. Ou quando muitas delas assumem posturas contrariando o senso comum de que elas não seriam mais produtivas para a sociedade, por não serem mais reprodutivas.

Em segundo lugar, a subjetivação política oferece uma evidência que expressa a existência de um dano, nos termos de Rancière. Para Marques (2011), o que se quer é instaurar uma interação comunicativa e, mesmo que não conduza ao diálogo, tem importante papel de sensibilizar a sociedade para a sua existência. Como nos movimentos de ginecologia autônoma.

Estes partem do princípio de que a menopausa, antes de ser uma questão biológica, é uma questão cultural, já que o agravamento dos sintomas, ou não, depende muito do contexto social onde cada mulher está localizada. Por isso o uso de terapias alternativas, indicadas de acordo com cada caso, ao invés do diagnóstico universalista como defendido pela indústria farmacêutica e por muitos médicos.

Em terceiro lugar, a subjetividade tem o caráter de um “nós”, de mostrar que as pessoas envolvidas não estão sozinhas nesse embate. Pelo contrário, o que está em jogo é a constituição de um coletivo, capaz de falar em primeira pessoa e identificar sua afirmação com a reconfiguração de um universo de possibilidades (MARQUES; PRADO, 2022).

Ora, o que é viver a partir de um estilo *agefull*? Não deixa de ser uma forma de tentar unir identidades separadas e individualizadas em torno de um outro modo de vida, que não seja redutível à demanda de uma comunidade de sujeitos pré-identificados.

Fica claro, então, que esses elementos citados problematizam a forma como funcionam as hierarquias sociais, que definem e segregam aqueles que contam no cenário público daqueles que não são considerados nesse mesmo espaço. Porém, não basta só a subjetividade política para neutralizar a experiência de sujeição.

Há um outro denominador nessa equação: a emancipação política, que não deve ser confundida com a subjetivação política, embora ambas estejam entrelaçadas. Rocha e

Kastrup (2008) dizem que a subjetivação abre os olhos para uma condição social normalmente interdita e, assim, prepara o caminho para o processo de emancipação.

Esta é ligada ao modo como aqueles três componentes da subjetivação política devem ser orientados para que os sujeitos possam, de fato, se assenhorar dos tempos, dos espaços, dos modos de se fazer presentes num contexto que lhes fora anteriormente confiscado.

Para tanto, é preciso aglutinar as forças polêmicas, com o fim de ampliar um movimento de subversão dentro do mundo marcado pelas desigualdades e formas de dominação que silenciam e tornam certas demandas inaudíveis.

Conforme Rancière (2016), a emancipação política não só reconhece a conjuntura de subjugação presente na distribuição do mundo sensível, mas também deve abranger formas de compartilhamento de todos os saberes, conhecimentos e experiências originárias dessa subversão. Ou seja, para ser efetiva, a emancipação precisa coletivizar as capacidades investidas nas cenas do dissenso, fazendo circular os enunciados que indiquem a outras pessoas as trilhas a serem perseguidas, dentro dessa nova topografia do sensível que está sendo recriada.

É o momento do papel da comunicação, principalmente naquela proposta defendida por Braga (2006) de um sistema de circulação social diferida e difusa. Que se caracteriza por um fluxo sempre contínuo e adiante, estendendo-se de maneira dinâmica, prolongada e dispersa pelo tecido social.

Não se trata, portanto, da possibilidade de um livro passar de mão em mão, ou de que músicas circulem pela internet. Importa que várias pessoas, tendo lido o mesmo livro ou ouvido e apreciado um mesmo tipo de música e tendo alguma informação sobre tais materiais, ‘conversem’ sobre tais objetos e interajam com base nesse estímulo (BRAGA, 2006, 27-28).

Está se falando de uma movimentação social dos sentidos que atravessa a cultura de maneira geral. É esse aspecto de fluxo contínuo da comunicação que, para Braga (2006), vem a ser um dos pontos mais pregnantes da midiatização social.

Vale lembrar que o contexto é de uma sociedade interconectada virtualmente por redes de informações: chats, blogs, sites, games, realidade aumentada, redes sociais digitais, aplicativos, tudo transporta para uma tal forma de realidade que instaura novas formas de mediações.

Transformações que vão além da dimensão tecnológica, ocorrem nos cérebros dos indivíduos, especificamente em seus protocolos, acabando por interferir nas lógicas do ecossistema midiático e nas maneiras como as pessoas processam e apropriam dos conteúdos (JENKINS, 2009).

O resultado é que a vida passou a ser regida pela tecnointeração, como diz Sodré (2002), socializada pela tecnologia que fez surgir um novo tipo de sujeito: o bios midiático. Um ethos existencial humano instaurado pela via do democratismo comercial (informações, difusionismo cultural, entretenimento, tudo dentro de um espírito neoliberal de ser em que predomina uma vida voltada para o comércio e os negócios, que teriam sido intensificados pelas tecnologias de comunicação e informação e técnicas digitais).

A consequência imediata é o esvaziamento do sentido político que deu a vez ao espetáculo midiático e a uma moralidade objetiva orientada para consumo, em que prevalece “o mais novo”, “o melhor” (SODRÉ, 2002, p. 65), visto que os valores são regidos de acordo com “interesses empresariais do momento” (p. 66).

Em suma, o quadro traçado pelo autor é o da flexibilidade do caráter humano, esfacelamento das práticas políticas tradicionais e mercantilização das relações sociais. O que, de certo modo, acaba abrindo caminho para a corrosão do princípio político contido no termo “coletivo”, capaz de transformações estruturais no seio da sociedade. Mesmo porque a figura do bios midiático é uma maneira de se viver “[...] em estreita simbiose com a forma simples e abstrata do mercado, tecnologicamente organizada para a neutralização do conflito social”, finaliza Sodré (2002, p. 279).

4. A saída pela mediação da sororidade

Fato é que todo esse panorama traçado leva ao estágio líquido das relações sociais (BAUMAN, 2001) que, sob o efeito do ritmo efêmero e instantâneo dos dias atuais, tornaram-se mais fluídas, voláteis e superficiais. Conjuntura na qual o pensamento crítico também ficou mais raso e vazio.

As pessoas podem até estar mais engajadas e predispostas à crítica reflexiva sobre a realidade que as cerca e as incomoda, “[...] mas nossa crítica é, por assim dizer, ‘desdentada’, incapaz de afetar a agenda estabelecida para nossas escolhas na política da vida”, afirma Bauman (2001, p. 31). Tanto assim que a percepção do corpo menopausal, como problema ou doença, ainda permanece dominante para grande parte da população (CAHN; CRAWFORD; WALDMAN, 2022).

Ao mesmo tempo em que a comunicação tem influência preponderante nisso, é por onde também ocorrem as batalhas simbólicas e, portanto, lugar em que os enfrentamentos perante a ordem policial precisam ser investigados.

Nessa perspectiva, entende-se que o mapa das mediações, de Martín-Barbero, fornece um método empírico de análise, pois ele está centrado nas experiências individuais e coletivas dos indivíduos, nas normas da comunidade na qual eles estão inseridos, nas suas histórias e tradições familiares, na inserção da classe social, enfim, nos contextos sociais que se tornam importantes, porque interferem na apropriação e na interpretação dos sentidos que circulam através da comunicação.

Com a menopausa não é diferente. Os seus sintomas estão muito ligados a circunstâncias externas do seu entorno relacional, em virtude do seu caráter biocultural. Isto é, que envolve vários aspectos como dieta, meio ambiente, estilos de vida, história reprodutiva, genética, mas também influenciada pelas crenças e expectativas ao seu redor e pelos modos como se pensa os seus sintomas no meio social (GUNTER, 2021).

Como se vê, esses fatores nada mais são que mediações estruturando, organizando e reorganizando a percepção da realidade e, paralelamente, acomodando os significados dentro de um regime de sensorialidade (MARTÍN-BARBERO, 2000) que orienta as maneiras de perceber, de sentir, de ver, de pensar, de agir, em suma, de interagir socialmente.

Porém, esse processo não é hermético, tendo em vista que as formas de existência humana são construções sociais, logo, passíveis de serem enfrentadas e alteradas. No que se refere à menopausa, é bom lembrar que, apesar de ser uma experiência distinta entre as mulheres cisgêneras, variando conforme a cultura e a vida cotidiana de cada uma delas, trata-se de uma fase peculiar com marcas de gênero, independente da intensidade (ou não) dos sintomas.

Não diz respeito a uma identidade específica, seja de cor, raça, seja étnica ou de classe, por exemplo, mas a um fenômeno que coloca essas diversas identidades em torno de algo comum. Ademais, a expansão das tecnologias digitais, com suas redes de informação, conexões e fluxos sempre constantes, tem estabelecido uma mutação cultural em contínuo processo de transformação, de modo que “[...] falar de identidade hoje implica também falar de migrações e mobilidades, de redes e fluxos, de instantaneidade e fluidez (MARTÍN-BARBERO, 2006, p. 61).

Assim, para o pensador, “[...] não é possível falar de apenas uma identidade do indivíduo [...]” (2009, p. 153). Mais do que singularidades do ser, as identidades estão num continuado processo de formação, sempre inacabadas e suscitando novos fatores de identificação.

O contexto mostra, portanto, que as mediações mapeadas por Martin-Barbero “se configuram como chaves dinâmicas para o exame de fenômenos que estão em constante transformação, como aqueles com os quais nos ocupamos no campo da comunicação” no dizer de Barros (2002, p. 140).

Eis que surge aqui a brecha para propormos, no caso da patologização da menopausa, a substituição da mediação “identidades” pela “sororidade”. O termo vem sendo designado como um pacto social, ético e emocional entre as mulheres para enfrentar o patriarcado capitalista. Tem como propósito requerer outros elementos atributivos de pertencimento e fortalecimento das mulheres. Para tanto, seria pela irmandade pautada na empatia, no companheirismo e na solidariedade entre elas, unindo-se umas às outras, que se ganharia força contra as injustiças de gênero de toda ordem.

No entanto, não se deve confundir esses sentimentos com algo inato às mulheres, portadoras de uma suposta essência emocional por natureza. Acreditar que a sororidade emana de uma relação natural entre feminilidade e sentimentalismo é correr o risco do conceito ser cooptado pela retórica neoliberal e, assim, perder toda a sua força como movimento político de resistência.

A base da sororidade está no pilar ético e político que não é de ordem natural, nem dos instintos e, muito menos, hormonais (LAGARDE, 2012). Importa ter em mente o sentido da solidariedade político-coletiva crítica enquanto verdadeiro significado do valor da sororidade, arremata bell hooks (2019). Entender que a temática da menopausa exige uma tomada de consciência maior: a quem interessa que essa fase seja vista como síndrome patológica e problemática, que precisa necessariamente ser medicalizada?

Enriquecer as empresas farmacêuticas e consumir o domínio da medicina sobre a vida e corpo feminino, por exemplo, ou solapar a capacidade das mulheres de meia-idade de competir com os homens por bons empregos e paridade salarial, ou mesmo validar uma cultura da juventude que apoia a economia capitalista, em detrimento da valorização e autoestima da mulher que envelhece.

Esses são alguns dos impasses que colocam o corpo menopausal transpassado por aspectos socioeconômicos, políticos e culturais, pois revelam injustiças de gênero

enraizadas em todas as instâncias sociais do público ao privado, decorrentes do capitalismo patriarcal e misógino.

Sem tal compreensão, não se pode seguir adiante rumo à emancipação política apregoada por Rancière. Por isso, Fraser (2009) defende que a verdadeira emancipação requer uma transformação radical na estrutura da totalidade social para superar a subordinação da mulher. Uma mudança sistêmica orientada por um compromisso comum que possa acomodar toda a complexidade das identidades sociais, não pela via neoliberal excludente e reificante do separatismo das identidades, mas por um modelo que agrupe os indivíduos enquanto parceiros de interação (FRASER, 2000).

A palavra-chave, mais uma vez, é solidariedade política. Não é fechar os olhos para as divisões identitárias que existem entre as mulheres. “[...] As mulheres não precisam de erradicar as diferenças para sentirem a solidariedade” (hooks, 2019, p. 52). Ao invés disso, trata-se de resgatar aquela velha crítica macroestrutural dos ideários femininos de segunda onda, mas sem perder de vista as aspirações concernentes às políticas identitárias da diferença.

E isso está na ideia nodal que subjaz ao conceito de sororidade: promover “uma espécie de irmandade que perceba a outra *como a outra*, sem a pretensão de diluir o *self* e a alteridade” (LEAL, 2020, p. 13). Revestindo a mulher com um senso questionador que possa superar a crítica “desdentada” citada por Bauman e, por consequência, a “ordem policial” de Rancière.

A saída, portanto, é por decisões coletivas que respeitem as individualidades e, ao mesmo tempo, tirem as mulheres do isolamento, possibilitando uma união de forças para romper com as ideologias impostas pela retórica neoliberal. Afinal, bell hooks (2000) vê a sororidade como uma emancipação da mulher, capaz de promover mudanças profundas em todos as esferas da vida, do político, do social, cultural e do cotidiano.

Considerações finais

Embora possam ser bastante incômodos e generalizados entre uma parte das mulheres, os sintomas da menopausa são também característicos de uma síndrome cultural alimentada por crenças equivocadas que desqualificam a mulher.

Sob a ótica de um corpo disfuncional e problemático, os ciclos menstruais, incluindo o climatério e a menopausa, comumente acabam sendo conotados como fatores de limitação e até mesmo de incapacitação, levando a uma percepção de inferioridade e falha da fisiologia feminina.

A comunicação desempenha sua influência nesse processo, na medida em que os saberes são compartilhados por um sistema de circulação social difusa e diferida, que não deixa de ser atravessado pela racionalidade patriarcal e individualista do capitalismo.

Dessa maneira, julgamos importante investigar empiricamente o fenômeno da menopausa a partir do mapa das mediações de Martín-Barbero. Pois é no contexto das mediações, onde ocorrem as trocas comunicativas, que significados são produzidos, interpretados, negociados e reinterpretados.

E mais, postulamos que a discussão sobre a patologização do corpo feminino, sobretudo da menopausa, não avançará sem uma mobilização coletiva capaz de unir identidades individuais para essa causa. Portanto, a sororidade permitiria verificar a existência dessa possível aliança formada entre mulheres diversas, bem como mensurar o quanto esta seria capaz de incrementar (ou não) o senso crítico em torno da temática.

Referências

BARROS, L. M. O "**percurso do reconhecimento**" nos estudos da comunicação. MATRIZES, São Paulo, v. 16, n. 3 set./dez. 2022.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAGA, J. L. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

BRASIL. **Manual de Atenção à Mulher no Climatério/Menopausa**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Editora do Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2008.

_____. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: princípios e diretrizes/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Ministério da Saúde, Brasília, DF, 2004.

CAHN, N. R.; CRAWFORD, B. J.; WALDMAN, E, G. **Managing and Monitoring the Menopausal Body**. U. Chicago. Legal F., p. 41, 2022.

CHARLAP, C. **La fabrique de la ménopause**. França: CNRS Editions, 2019.

DELANOË, D. **La ménopause comme phénomène culturel**. Champ Psychosomatique. França, v. 24, n. 4, p. 57-67, dez. 2001.

FELTRIN, R. B. **Entre o campo e o laboratório**: a construção da menopausa dentro de um hospital-escola brasileiro .2012. Tese (Doutorado em política científica e tecnológica). Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Campinas, SP. 200 f.

FRASER, N. **Rethinking Recognition**. New left review, London, n. 3, mai./jun., 2000.

_____. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, Londrina, vol. 14, n. 2, jul./dez. 2009.

GARDENAL, I. **A menopausa e a construção de um estigma**. *Jornal da Unicamp*. Campinas, n. 9, 30 set./ 6 out., 2013. Disponível em: https://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju_577_pagina_09_web.pdf. Acesso 4 maio 2023.

GUNTER, J. **The menopause manifesto: own your health with facts and feminism**. Citadel Press Books, Kensington Publishing Corp., New York, NY, 2021.

HOOKS, B. **Feminism is for everybody: Passionate Politics**. Cambridge: Pluto Press, 2000.

_____. **Teoria feminista: da margem ao centro**. Trad. de Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

INSTITUTO BEM DO ESTAR: [Entrevista] **Estar com Daniela Cais: protagonismo feminino e a mulher agefull**. Entrevistadora Isabel Marçal. Produção: Mandril Áudio. Spotify. (26 de março, 2021). Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/show/0U27PAZcJeY1DfgbYjZr5A> Acesso 12 set. 2021.

JENKINS, H. **Cultura da Convergência**. Tradução: Suzana Alexandria. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009. 428 p.

LAGARDE, M. **El feminismo en mi vida: hitos, claves y topías**. Distrito Federal do México: Instituto de las Mujeres del Distrito Federal, 2012.

LEAL, T. **A ética da sororidade: sentimentos morais, gênero e mídia**. XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 05-08 jun. 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2018/trabalhos/a-etica-da-sororidade-sentimentos-morais-genero-e-midia?lang=pt-br>. Acesso 23 maio 2023.

LIPOVETSKY, G. **Da leveza: para uma civilização do ligeiro**. Edições 70, Lisboa, 2016.

MARTÍN-BARBERO, J. Retos culturales: de la c omunicación a la educación. **Nueva Sociedad**. Caracas, n.169, set./out. p.33-43, 2000.

_____. **Ofício de cartógrafo: travessias latino-americanas da comunicação na cultura**. Tradução: Fidelina González. São Paulo: Edições Loyola, SP, 2004. 234 p.

_____. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. In: MORAES, D. (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, p. 51-79, 2006.

_____. Uma aventura epistemológica. **Matrizes**, v. 2, n. 2, p. 143-162, 2009.

MARIGA, J. T. 2019. **Vivendo no feminino: percepções da menopausa**. Tese (Doutorado em ciências sociais, ênfase em identidades e sociabilidades). Universidade Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS. 122 f.

MARINS, P. Arena das ideias. **O Protagonismo da mulher na era agefull**. YouTube, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/tM6ssPIFlk8>. Acesso 4 jul., 2022.

MARTINS, A. J. Declinações sobre o ser-em-comum e a partilha do sensível (a partir de

-
- Jacques Rancière). **PHILIA, Filosofia, Literatura & Arte**, vol. 3, nº 2, dez. 2021.
- MARQUES, A. C. S. Três bases estéticas e comunicacionais da política: cenas de dissenso, criação do comum e modos de resistência. **Contracampo**, n. 26, p. 126-145, 2013.
- MARQUES, A. C. S. Comunicação, estética e política: a partilha do sensível promovida pelo dissenso, pela resistência e pela comunidade. **Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 25-39, dez. 2011.
- MARQUES, A. C. S.; PRADO, M. A. M. Os processos de subjetivação e emancipação política em Jacques Rancière. **Psicologia & Subjetividade**, vol. 34, e265750, Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.
- MARQUES, A. C. S.; PRADO, M. A. M. **Diálogos e Dissidências: M. Foucault e J. Rancière**. Editora Appris, 2019.
- OLIVEIRA, A. C. C.; MARQUES, A. C. S. Cenas de dissenso e processos de subjetivação política na poética enunciativa das pichações. **LÍBERO**, vol. 17, nº 33 A, p. 71-84, jun., 2014.
- PELÚCIO, L. Amor em tempos de aplicativo: entrevista com a antropóloga Larissa Pelúcio. [Entrevista concedida a] Mário Fellipe Fernandes Vieira Vasconcelos. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 2, v. 29, p. 1-19, 31 dez., 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe175150>. Acesso 25 jun. 2023.
- PERROT, M. **Minha história das mulheres**. Tradução: Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.
- RANCIÈRE, J. The thinking of dissensus: politics and aesthetics. In: Paul Bowman & Richard Stamp (Eds.). **Reading Rancière**, Continuum, p. 1-17, 2011.
- _____. **La Méésentente**: politique et philosophie. Paris: Galilée, 1995, p. 187.
- _____. La pensée des bords (entretien avec Fabienne Brugère). **Critique**, n. 881, p. 828-840, 2020.
- _____. **Les temps modernes**. Paris: La Fabrique, 2018a.
- _____. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 2018b.
- _____. **The method of equality**: interviews with Laurent Jeanpierre and Dork Zabunyan. Polity Press, 2016.
- ROCHA, T. G. KASTRUP, V. A partilha do sensível na comunidade: intersecções entre psicologia e teatro. **Estudos de Psicologia**, vol. 13, nº 2, p. 87-195, 2008.
- SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- TRENCH, B.; SANTOS, C. G. Menopausa ou menopausas? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 14, n. 1, jan./abr., p. 91-100, 2005.